



CONTRATO Nº 128/2024

O MUNICÍPIO DE ARENÓPOLIS, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa na Avenida Prefeito Caio, nº 642, Vila Nova, ARENÓPOLIS – MT, inscrita no CNPJ-24.977.654/0001-38, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. **EDERSON FIGUEIREDO**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG: **1198644-1 SSP/SP** e CPF: **840.204.151-53**, residente e domiciliado na Rua Presidente Vargas, Lote 10, Quadra 30, Bairro São Mateus, na cidade de Arenópolis/MT doravante designado **CONTRATANTE** e de outro lado a **EMPRESA CARLOS EDUARDO RONDON – ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 70.434.899/0001-36, estabelecida na Rua R Guilherme Grunwald, Bairro: Vila Nova na cidade de ARENAPOLIS-MT Cep 78.420-000. representada neste ato pelo seu sócio proprietário Sra. **CARLOS EDUARDO RONDON**, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral nº 05705770 SJ/MT e inscrito no CPF sob o nº 328.989.981-34 neste ato denominado simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e do Decreto Municipal nº 19/2023 e da **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO Nº 015/2024 , ORIUNDO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 062/2024** mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1.1. O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES, DESINSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO PRESERVATIVA E CORRETIVA E HIGIENIZADA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADOS; E, INCLUSIVE COM FORNECIMENTO PEÇAS E FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARENÓPOLIS/MT, SEGUNDO ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NO TERMO DE REFERENCIA (ANEXO I) DO EDITAL. TUDO CONFORME A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR CREDENCIAMENTO Nº 015/2024 E SEUS ANEXOS, CONFORME ABAIXO RELACIONADO:

01	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS.	18	266,75	4.801,50
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE	10	96,25	962,50

Rua Presidente Costa e Silva, 105/F, esquina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, Fone: (65) 3343.1105



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS/MT
CNPJ: 24.977.654/0001-38



	APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS			
03	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO- DO TIPO LIMPEZA E REGULAGEM DE AR CONDICIONADO DE SPLIT 7.000 A 12.000 BTUS	15	216,50	3.247,50
04	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	08	317,50	2.540,00
05	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS.	09	129,25	1.163,25
06	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO - DO TIPO LIMPEZA E REGULAGEM DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 A 24.000 BTU	11	264,25	2.906,75
07	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO-PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 30.000 A 36.000 BTUS.	08	718,75	5.750,00
08	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE DESINSTALAÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO DE 30.000 A 36.000 BTUS	08	120,75	966,00
09	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO - DO TIPO LIMPEZA E REGULAGEM DE AR CONDICIONADO SPLIT DE 30.000 A 36.000 BTUS	08	358,75	2.870,00
10	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO - DO TIPO RECARGA DE GAS DE AR CONDICIONADO SPLIT 7.000 A 12.000 BTUS.	08	222,50	1.780,00
11	CARGA DE GAS COMPLETA PARA APARELHO DE AR CONDICIONADA DE 18.000 A 24.000 BTUS	07	263,75	1.846,25
12	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO - DE CARGA E RECARGA DE GAS AR CONDICIONADO 30.000 A 36.000	03	302,50	907,50
13	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO - DO TIPO TROCA DE COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO SPLIT 7.000 A 12.000 BTUS.	04	717,50	2.870,00
14	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO - DO TIPO TROCA DE COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 A 24.000 BTUS.	04	916,75	3.667,00
15	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE APARELHO/SISTEMA DE REFRIGERAÇÃO - DO TIPO TROCA DE COMPRESSOR DE AR CONDICIONADO SPLIT 30.000 A 36.000 BTUS	04	1715,00	6.860,00
16	SERVIÇO DE REPARO E TROCA DE PLACA PARA AR CONDICIONADO DE 7.000 A 12.000 BTUS	05	311,25	1.556,25
17	SERVIÇO DE REPARO E TROCA DE PLACA PARA AR CONDICIONADO DE 18.000 A 24.000 BTUS	02	616,75	1.233,50
18	SERVIÇO DE REPARO E TROCA DE PLACA PARA AR CONDICIONADO DE 30.000 A 36.000 BTUS	01	615,50	615,50
19	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VISITA TÉCNICA	04	116,25	465,00
20	TROCA DE SENSOR DE DEGELO - 7.000 A 12.000 BTUS	01	95,00	95,00
21	TROCA SENSOR DE DEGELO - 18.000 A 24.000 BTUS	01	95,00	95,00
22	TROCA SENSOR DE DEGELO 30.000 a 36.000 BTUS	01	95,00	95,00

Rua Presidente Costa e Silva - 105/E esquina com a Rua Castelo Branco - Vila Nova Fone: (65) 3343-1105



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS/MT
CNPJ: 24.977.654/0001-38



23	TROCA DE SENSOR DE TEMPERATURA - 7.000 A 12.000 BTUS	07	95,00	665,00
24	TROCA DE SENSOR DE TEMPERATURA - 18.000 A 24.000 BTUS	02	95,00	190,00
25	TROCA CAPACITOR 7.000 A 12.000 BTUS	05	115,00	575,00
26	TROCA CAPACITOR 18.000 A 24.000 BTUS	03	115,00	345,00
27	TROCA CAPACITOR 30.000 A 36.000 BTUS	04	115,00	460,00
28	TROCA DE CONDESADORA 7.000 A 12.000 BTUS	03	246,25	738,75
29	TROCA DE CONDESADORA 18.000 A 24.000 BTUS	02	265,00	530,00
30	TROCA DE CONDESADORA 30.000 A 36.000 BTUS	03	315,00	945,00
31	TROCA DE PLACA DA EVAPORADORA 7.000 A 12.000 BTUS	01	243,75	243,75
32	PLACA DA EVAPORADORA 18.000 A 24.000 BTUS	03	297,50	892,50
33	PLACA DA EVAPORADORA 30.000 A 36.000 BTUS	02	363,75	727,50
34	TROCA DE CONTATORA 18.000 A 24.000 BTUS	04	185,00	740,00
35	TROCA DE CONTATORA 30.000 A 36.000 BTUS	02	207,50	415,00
36	ROLAMENTO DO MOTOR DA TURBINA 18.000 A 24.000 BTUS	04	78,75	315,00
37	ROLAMENTO DO MOTOR DA TURBINA 30.000 A 36.000 BTUS	05	78,75	393,75
38	TROCA DE TURBINA 18.000 A 24.000 BTUS	02	206,25	412,50
39	TROCA DE TURBINA 30.000 A 36.000 BTUS	01	305,00	305,00
40	REBOBINAMENTO DO MOTOR DA HÉLICE 18.000 A 24.000 BTUS	04	182,50	730,00
41	REBOBINAMENTO DO MOTOR DA HÉLICE 30.000 A 36.000 BTUS	07	350,00	2.450,00
43	TROCA DE TUBULAÇÃO DE COBRE 18.000 A 24.000	03	118,00	354,00
44	TROCA DE TUBULAÇÃO DE COBRE 30.000 A 36.000	01	118,00	118,00

2.1. Este contrato fundamenta-se na o art. 74, IV, e art. 78, I, combinados com o art. 79, I da Lei 14.133/2021, e suas posteriores alterações.

3.1. O objeto deverá ser fornecido de acordo com as especificações deste Termo de Referência e em consonância com as condições estabelecidas na licitação ou no contrato e na proposta de preço.

Rua Presidente Costa e Silva 1105/E esquina com a Rua Castelo Branco - Vila Nova Enne: (66) 3243-1105



3.2. A entrega do objeto será procedida conforme as necessidades do CONTRATANTE, em atendimento às requisições expedidas pelo órgão requisitante.

3.2.1. As requisições serão expedidas por quaisquer meios de comunicação que possibilitem a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA (e-mail, WhatsApp, etc...).

3.3. Os serviços deverão ser prestados no horário de expediente das 07hs00min à 11hs00min e das 13hs00min às 17hs00min, de segunda a sexta-feira; e, excepcionalmente, quando a situação demandar urgência nos sábados, domingos e feriados, nos endereços especificados pelas Secretarias Municipais, no prazo de no máximo 02 (dois) dias, contados da data do recebimento da requisição por parte da CONTRATADA. Podendo ser prorrogado mediante justificativa devidamente aceita pelo CONTRATANTE.

3.3.1. Eventuais pedidos de prorrogação deverão ser protocolados junto ao Fiscal e Gestor do Contrato, antes do vencimento do prazo de entrega, devidamente justificados pela CONTRATADA, para serem submetidos à apreciação da autoridade superior.

3.4. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela procedência e qualidade dos serviços prestados, ficando obrigada a corrigir imediatamente, o(s) serviço (s) que vier (em) a ser (em) recusado(s).

3.5. Por ocasião da prestação do serviço, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor da Administração responsável pelo recebimento.

3.6. No ato de recebimento dos serviços prestados será realizada uma verificação de conformidade do objeto recebido com as especificações dispostas no Termo de Referência, na licitação ou contrato e na proposta de preço apresentada pela CONTRATADA, seguida de testes, se necessário.

3.7. O objeto da licitação será recebido:

a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do serviço prestado com as exigências contratuais;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

3.8. O objeto somente será recebido se não houver a constatação de qualquer irregularidade. Em havendo irregularidades o CONTRATANTE poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a1) na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;



b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b1) na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação do CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

4.1. São obrigações do CONTRATANTE sem que a elas se limite:

4.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Contrato e seus anexos;

4.1.2. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas na execução do objeto, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

4.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

4.1.4. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA dos valores correspondentes à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato;

4.1.5. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento do Contrato;

4.1.6. Permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA ao local determinado para a execução do objeto.

4.1.7. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.

4.2. São obrigações da CONTRATADA sem que a elas se limite:

4.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

4.2.2. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

4.2.3. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;

4.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal e/ou Gestor do Contrato;

4.2.5. Comunicar ao Fiscal do Contrato e/ou Gestor do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer irregularidades na execução do objeto;



- 4.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na contratação, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.2.7. Arcar com todas as despesas que influenciem nos custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos;
- 4.2.8. Atender toda a legislação (no âmbito federal, estadual e municipal), durante a execução do objeto do Contrato;
- 4.2.9. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 4.2.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação de serviço, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 1990).
- 4.2.11. A retirada e a substituição dos bens defeituosos e/ ou por qualquer outro motivo, serão custeados exclusivamente pelo fornecedor.
- 4.2.12. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo participante, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem autorização do contratante.
- 4.2.13. Providenciar profissionais substitutos para a execução dos serviços, em caso de imprevistos ou ausência de profissional planejada, devendo comunicar à Secretaria Municipal de Administração, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, o nome do profissional substituto e apto;
- 4.2.14. Os credenciados deverão possuir e fornecer toda a mão de obra necessária e prestar os serviços utilizando ferramentas e EPI's próprios;
- 4.2.15. Executar, às suas custas, os refazimentos dos serviços executados em desacordo;
- 4.2.16. Evitar situações que gerem inquietação ou agitação na execução dos serviços, em especial as pertinentes a atraso de pagamento do seu pessoal ou contratados;
- 4.2.17. Fazer com que seus profissionais encaminhados cumpram com pontualidade os horários de chegada aos plantões determinados, com certa antecedência.
- 4.2.18. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, que deverão ser realizados com a observância de todas as normas técnicas e legais aplicáveis;



5.1. Receberá o CONTRATADO pelos serviços prestados, a importância de **59.839,25 (cinquenta e nove mil oitocentos e trinta e nove reais e vinte e cinco centavos)**, valor total, a serem pagos mensalmente em **R\$ 4.986,60 (quatro mil novecentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos)** meses, até o 10 (décimo) dia útil ao mês subsequente.

5.2. Os pagamentos serão efetuados após o recebimento definitivo do objeto, mediante a apresentação da respectiva Nota fiscal, devidamente conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhada para tramitação do processo de instrução e liquidação junto ao Setor de Contabilidade, para posterior envio ao Setor de Tesouraria, que efetuará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias.

5.2.1. No valor da Nota Fiscal deverão estar inclusas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.2.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

5.3. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao objeto do presente contrato.

5.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da CONTRATADA.

5.5. O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas.

5.6. Os preços permanecerão fixos e irrevogáveis.

5.7. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.



- 7.1. O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua Assinatura **09/07/2024 até 09/07/2025**, podendo se prorrogado por igual ou sucessivos períodos.
- 7.2. Havendo necessidade de alteração do prazo vigência, será celebrado Termo Aditivo, observado o prazo máximo de vigência estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.3. A prorrogação será precedida de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste.

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
 - i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
 - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.1.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 8.1.1.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.1.1.2. Multa:



8.1.1.2.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

8.1.1.2.1.1. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei n. 14.133/2021.

8.1.1.2.2. compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

8.1.1.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

8.3. Todas as sanções previstas no Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada de eventual garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;



e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.10. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.



9.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão designados o Gestor e o Fiscal do Contrato, que serão responsáveis por acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. Para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratual conforme indicados:

GESTÃO DO CONTRATO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE

NOME: RENATO FINOTTE

CARGO: SECRETARIO

FISCALIZAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE

NOME: GEISA ADRIANA DAMASCENO



CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

10.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Poder Executivo Municipal de Arenópolis/MT, para exercício de 2024, na classificação abaixo:

COD. RED. 0063- 03.001.04.122.0002.2011.3390.39.00.00.00- F 1.500.0000000
COD. RED. 0111- 05.001.12.122.0002.2029.3390.39.00.00.00- F 1.500.1001000
COD. RED. 0141- 05.002.12.361.0009.2035.3390.39.00.00.00- F 1.500.1001000
COD. RED. 0163- 05.002.12.365.0009.2032.3390.39.00.00.00- F 1.500.1001000
COD. RED. 0171- 05.002.12.365.0009.2081.3390.39.00.00.00- F 1.500.1001000
COD. RED. 0281- 06.001.10.301.0013.2056.3390.39.00.00.00- F 1.500.1002000
COD. RED. 0281- 06.001.10.301.0013.2056.3390.39.00.00.00- F 1.600.0000600
COD. RED. 0354- 07.001.08.122.0002.2070.3390.39.00.00.00- F 1.500.0000000
COD. RED. 0371- 07.001.08.244.0017.2073.3390.39.00.00.00- F 1.660.0000000
COD. RED. 0398- 07.002.08.243.0020.2112.3390.39.00.00.00- F 1.622.0000000
COD. RED. 0449- 08.002.15.452.0002.2090.3390.39.00.00.00- F 1.500.0000000

10.2. Para os exercícios seguintes, serão alocados os recursos necessários nas respectivas leis orçamentárias.

11.1. Este Contrato encontra-se subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 14.133, de 01 de Abril de 2021 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

11.2. Fica eleito o Foro da cidade de Arenópolis/MT, como o único capaz de dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

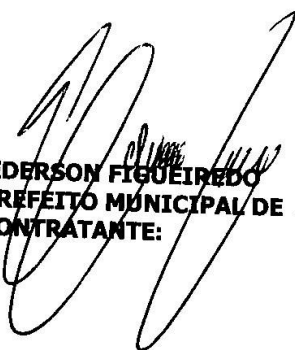
11.3. Para firmeza e como prova de haverem as partes, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Arenópolis/MT, 09 de julho de 2024.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS/MT
CNPJ: 24.977.654/0001-38



ÉDERSON FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL DE ARENÓPOLIS/MT
CONTRATANTE:

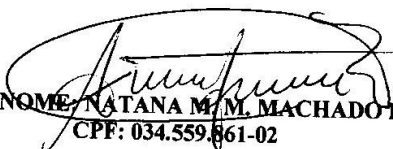
EMPRESA CARLOS EDUARDO RONDON - ME
CARLOS EDUARDO RONDON
CONTRATADO



Testemunhas:



NOME: LARISSA N. TAVARES GONÇALVES
CPF: 039.565.171-99



NOME: NATANA M. M. MACHADO RODRIGUES
CPF: 034.559.861-02

Rua Presidente Costa e Silva, 105/F, esquina com a Rua Castelo Branco - Vila Nova Fone: (65) 3343.1105

